

**LITERATURA AMAZONENSE EM SALA DE AULA:
uma discussão sobre o conto “Corpo frágil”, de Cláudio Barboza**

Maira Iana Hoerlle¹

Resumo

O presente artigo visa apresentar o resultado de um trabalho realizado em sala de aula com estudantes de 9º ano de uma escola estadual do interior do Amazonas. A atividade efetivou-se nas aulas de Língua Portuguesa com a leitura, análise, debate e registro escrito das ponderações sobre o conto pertencente à literatura amazonense “Corpo frágil”, de Cláudio Barboza. Durante a execução do trabalho os discentes fizeram um levantamento sobre as atitudes que consideraram ilícitas (condenadas pela lei e pela moral) ocorridas na narrativa e que atingiam a personagem principal e, em seguida, formularam hipóteses sobre os motivos e os culpados desses infortúnios. Com o desenvolvimento dessa atividade, os estudantes qualificaram-se para a participação de debates de ideias, reconhecendo a importância dos direitos humanos, das políticas afirmativas e das leis, bem como, desenvolveram a leitura, escuta e produção textual, como apregoa a BNCC.

Palavras-Chave: Literatura; Ensino; Sociedade.

**AMAZONIAN LITERATURE IN THE CLASSROOM:
a discussion about the story “Corpo frágil”, by Cláudio Barboza**

Abstract

This article aims to present the result of a work carried out in the classroom with 9th grade students from a state school in the interior of Amazonas. The activity took place in the Portuguese Language classes with reading, analysis, debate and written record of the considerations on the tale belonging to Amazonian literature “Corpo frágil”, by Cláudio Barboza. During the execution of the work, the students surveyed the attitudes that they considered illegal (condemned by law and morality) that occurred in the story and that affected the main character, and then formulated hypotheses about the reasons and the culprits of these misfortunes. With the development of this activity, students qualified to participate in debates of ideas, recognizing the importance of human rights, affirmative policies and laws, as well as developing reading, listening and textual production, as proclaimed by the BNCC.

Keywords: Literature; Teaching; Society.

¹ Graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus Marechal Cândido Rondon. Mestra em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, campus Humaitá. Professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas - SEDUC-AM. maira_iana@hotmail.com

Introdução

Ainda que o ensino de literatura seja realizado mais efetivamente no Ensino Médio, textos literários são importantes instrumentos para estimular o desenvolvimento dos estudantes, por isso, é válido que a literatura esteja presente em aulas de todas as fases do ensino.

Este artigo, assim, possui a finalidade de apresentar os resultados de um trabalho realizado em sala de aula com alunos de três turmas de 9º ano de uma escola estadual do interior do Amazonas. Para a averiguação sobre a compreensão temática e desenvolvimento da criticidade, este trabalho ocorreu em forma escrita e oral, ou seja, além do debate e análise, os alunos realizaram atividade escrita com seus entendimentos e apontamentos.

O conteúdo escolhido para ser trabalhado em sala foi um conto pertencente à literatura amazonense denominado “Corpo frágil”², de Cláudio Barboza³, que conta a história de uma menina engraxate de treze anos. O narrador-personagem descreve a cena que vê com indignação: em um bar, por volta das 23h, observa uma frágil garota engraxando os sapatos de um homem de figura física e comportamento desagradáveis. De início, a moça concentrada em seu trabalho não corresponde às investidas do homem a quem presta o serviço, mas, depois que este paga um lanche a ela, sua atitude torna-se receptiva. Ao final da história, o narrador sente-se desgostoso ao ver a menina ir embora na companhia do repulsivo homem.

A proposta de trabalho em sala de aula foi que os alunos analisassem o conto e fizessem o levantamento de todas as atitudes que considerassem ilícitas (condenadas pela lei e/ou pela moral). Após o levantamento, houve um debate no qual os alunos apresentaram suas considerações.

O ensino da literatura

Inúmeros são os quesitos que tornam os textos literários tão importantes ao serem trabalhados em sala de aula. Além do que se é aprendido no ato da leitura a respeito da

² Antologia do Conto Amazonense / Tenório Telles, Marcos Frederico Krüger (Organizadores) – Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2004.

³ Nascido em Manaus, Cláudio Barboza é formado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e é mestre em Sociologia.

sociedade e da humanidade, os alunos têm a oportunidade de expandir seus conhecimentos sobre o uso da língua portuguesa.

A pluralidade de saberes contidos em textos literários é vasta. Para Barthes (2013, p. 18-19) o ensino da literatura em sala é tão valioso que “Se, [...] todas as disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário”. Desse modo, entende-se que o pesquisador crê ser a literatura essencial para a formação humana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) orienta que, para que seja alcançada a dimensão humanizadora, formadora e mobilizadora da literatura, o aluno deve realizar uma leitura frutiva para desvendar os variados sentidos presentes em um texto literário e desenvolver, assim, a criticidade.

A criticidade, por sua vez, não será desenvolvida facilmente com textos literários cuja temática não impacte o leitor. Como afirma Candido (1999), os textos literários apresentados às crianças e adolescentes devem mostrar, além das belezas da vida, os problemas e dificuldades, pois a literatura age nas profundas camadas da personalidade do leitor, moldando-o para viver e conviver em sociedade.

Desse modo, o professor, ao escolher uma obra literária para trabalhar em sala de aula, deve ter sensibilidade para reconhecer pontos atrativos aos estudantes no texto, pois, senão, a leitura torna-se maçante e sem resultados positivos.

Segundo assevera Pennac (1993, p. 78), ao que parece, o papel da escola limitou-se:

em toda parte e sempre, ao ensino de técnicas, ao dever do comentário, cortando o acesso imediato aos livros pela proscricção do prazer de ler. Parece estabelecido por toda a eternidade, em todas as latitudes, que o prazer não deva figurar nos programas das escolas e que o conhecimento não pode ser outra coisa senão fruto de um sofrimento bem comportado.

É claro que, ao trabalhar uma obra literária com jovens, o professor deve optar por textos em que o desenvolvimento do trabalho seja significativo, entretanto, unir os ensinamentos necessários ao prazer de ler é possível e imprescindível⁴.

⁴ Pennac (1993), elenca direitos imprescindíveis do leitor: 1. O direito de não ler; 2. O direito de pular páginas; 3. O direito de não terminar um livro; 4. O direito de reler; 5. O direito de ler qualquer coisa; 6. O direito ao bovarismo; 7. O direito de ler em qualquer lugar; 8. O direito de ler uma frase aqui e outra ali; 9. O direito de ler em voz alta; 10. O direito de calar.

Porém, trabalhar com obras literárias em sala de aula não é tarefa simples. Conforme afirma Rezende (2013, p. 106):

Talvez um dos maiores problemas da leitura literária na escola – que vejo, insisto, como possibilidade – não se encontra na resistência dos alunos à leitura, mas na falta de espaço-tempo na escola para esse conteúdo que insere fruição, de reflexão e elaboração, ou seja, uma perspectiva de formação não prevista no currículo, não cabível no ritmo da cultura escolar, contemporaneamente aparentada ao ritmo veloz da cultura de massa.

A falta de tempo-espaço é um dos motivos que levam o professor a optar em ceder lugar a textos breves, como contos e poemas, ou ainda, deter-se apenas aos fragmentos literários contemplados pelos livros didáticos. Obviamente o resultado de um trabalho assim não pode ser expressivo.

Então, por um lado há a necessidade da realização de um trabalho bem feito, por outro lado há a impossibilidade de aplicá-lo devidamente. Disso, fica clara a inevitabilidade de reformulação curricular que garanta à literatura tempo-espaço para efetivação integral de suas leituras e análises.

Documentos normativos: RCA e BNCC

Diferentemente do que ocorria há alguns anos em que o professor para ministrar suas aulas tinha como aporte principal o livro didático, no ano de 2021, mais efetivamente no ano de 2022, a Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC-AM) disponibilizou o Referencial Curricular Amazonense (RCA)⁵, que é, em suma, um Organizador Curricular. Por meio deste documento, o professor elabora seus Planos de Aula, e conseqüentemente os conteúdos que trabalhará no bimestre com sua classe. Assim, o livro didático, que outrora foi um guia para o professor, passou a ter pouco uso em sala de aula, uma vez que os conteúdos relacionados no Organizador Curricular não condizem com os conteúdos que os livros didáticos abrangem.

O RCA foi elaborado com base nas normativas da BNCC e pretende servir como norte para que as instituições de ensino municipais, estaduais e privadas do Amazonas se

⁵ Site do Conselho Estadual de Educação do Amazonas onde estão anexados os Referenciais Curriculares da Educação Infantil, Ensino Fundamental I, II e Médio: http://www.cee.am.gov.br/?page_id=902.

adequem às mudanças. Com base nesse documento, as escolas devem desenvolver as suas especificidades, mudanças de estrutura curricular e novos projetos pedagógicos.

Ao analisar o documento, vê-se que ele é um documento norteador que destaca o essencial de aprendizagem para cada nível de ensino, considerando a diversidade amazônica.

Sendo assim, conteúdos que antes não eram abordados nos livros didáticos, como a literatura amazonense por exemplo, atualmente estão presentes na proposta do Organizador Curricular em todos os bimestres. Isso significa que o RCA é um documento de valorização regional, pois traz à tona literaturas cujas temáticas são consideradas minorizadas, visto que a predominância literária em livros didáticos sempre foi de literaturas e autores cânones.

Contudo, o RCA não apenas foca no ensino da literatura, mas em todos os âmbitos do ensino da língua portuguesa e discorre sobre todas as Práticas de Linguagem da BNCC.

As Práticas de Linguagem da BNCC compreendem quatro eixos a serem abordados nas aulas de Língua Portuguesa: Eixo Leitura, Eixo da Produção de Textos, Eixo da Oralidade, Eixo da Análise Linguística/Semiótica.

O Eixo Leitura objetiva a interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação. Com esses textos, espera-se a aquisição de conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes.

Acredita-se que, ao refletir criticamente sobre a fidedignidade das informações, as temáticas, os fatos, os acontecimentos, as questões controversas presentes nos textos lidos, o aluno possa posicionar-se e executar projetos para além da vida escolar.

Diante da variedade de textos e gêneros a serem escolhidos para o trabalho em sala de aula, a BNCC estimula ainda que os textos possam:

(EF69LP24) Discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, do Código Nacional de Trânsito, de regulamentações do mercado publicitário etc., como forma de criar familiaridade com textos legais – seu vocabulário, formas de organização, marcas de estilo etc. -, de maneira a facilitar a compreensão de leis, fortalecer a defesa de direitos, fomentar a escrita de textos normativos (se e quando isso for necessário) e possibilitar a compreensão do caráter interpretativo das leis e as várias perspectivas que podem estar em jogo (BRASIL, 2018, p. 151).

Assim, a escolha pelo texto de Cláudio Barboza para a atividade realizada em sala de aula, intencionou qualificar os estudantes para a participação de debates de ideias, reconhecendo a importância dos direitos humanos, das políticas afirmativas e das leis, bem como, possibilitou o desenvolvimento da leitura, escuta e produção textual.

Além disso, outra habilidade da BNCC impulsionou a escolha pela narrativa abordada em classe. Para o documento normativo, o texto, ao ser trabalhado, busca:

(EF69LP44) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção (BRASIL, 2018, p. 159).

Isto posto, a narrativa literária abordada possibilitou a compreensão, por parte dos alunos, dos interesses da esfera literária, mas, mais significativo que isso, possibilitou o desenvolvimento de atitudes de valorização e de respeito pela diversidade, uma vez que existem diferentes formas de pensar, ser, agir e sentir.

Sendo assim, considera-se que, com o conto escolhido para a realização do trabalho com os estudantes, as habilidades da BNCC supracitadas puderam efetivar-se, visto que ele é um texto que abrange diversas problemáticas que merecem ser refletidas e debatidas. A aquisição intelectual e maturacional dos alunos é resultado seguro da efetivação do trabalho realizado em sala de aula.

Panorama: ponderações e ilações

Quando analisado o conteúdo do conto percebe-se que, de modo geral, a situação vivida pela personagem principal fere algumas leis, como por exemplo a lei que dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA⁶), que objetiva garantir à criança e ao adolescente seus direitos essenciais e seu desenvolvimento integral, intencionando seu preparo para o exercício da cidadania.

O mesmo ocorre com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA⁷) que estabelece normas sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

⁶ Lei nº 8.642/93.

⁷ Lei nº 8.069/90.

Vale salientar que o ECA surgiu para regulamentar o Artigo 227 da Constituição Federal (2001, p. 128), que assegura à criança e ao adolescente o direito:

à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Embora a adolescente do conto (e sua história) seja ficcional, o exposto acima revela que as circunstâncias vividas pela personagem violam leis, isso decorre porque o desenrolar da trama mostra que as leis que deram base ao PRONAICA e ao ECA não conseguiram alcançar e fazer diferença na vida da jovem engraxate, pois seus direitos fundamentais não foram respeitados.

Durante o levantamento realizado pelos discentes, foram encontradas outras situações em que os direitos da frágil engraxate estiveram lesionados. Estas situações são de caráter jurídico e moral, como já citado anteriormente. Os alunos, também, levantaram possibilidades sobre os motivos que levaram a garota a conduzir sua vida de maneira desacertada. E, por último, especularam sobre quem foi o responsável de a adolescente se submeter à rotina narrada no conto.

Para entender melhor sobre as atitudes contrárias à lei e à moral encontradas pelos estudantes no texto trabalhado, quadros foram elaborados para detalhamento. Abaixo, é possível apreciar o quadro que expõe as atitudes ilícitas condenadas pela lei e também as Leis que tratam sobre tais delitos.

Quadro 1 - Atitudes condenadas pela lei

ATITUDES CONDENADAS PELA LEI	LEI
Trabalho Infantil	8.069/90 Art. 60
Prostituição Infantil	8.069/90 Art. 244-A
Crime Sexual	12.015/09 Art. 218; Art. 217-A
Assédio Sexual	10.224/01 Art. 216-A
Dirigir Alcoolizado	11.705/08

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível observar no quadro acima, são cinco as atitudes condenadas pela lei que foram encontradas pelos estudantes no conto lido. Adiante, é possível verificar o porquê de cada umas das atitudes serem consideradas ilícitas.

O *trabalho infantil* é crime pois, segundo a Lei acima exposta e a Constituição Federal (2001, p. 129), o direito à proteção especial abrangerá “a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho”, salvo na condição de aprendiz. Na história narrada, a personagem engraxate possui apenas treze anos e não exerce um trabalho condizente ao de aprendiz, uma vez que seu trabalho não detém caráter de formação técnico profissional⁸.

A mesma Lei, ainda, aborda a *prostituição infantil*. Segundo ela decreta, submeter uma criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual condena o réu à pena de quatro a dez anos de reclusão e multa⁹. Tal pena seria aplicada ao personagem cujos sapatos foram engraxados, já que, condizente ao que a narrativa deixa subentendido em seu final, o lanche oferecido à garota seria o pagamento (ou parte dele) para a realização do ato sexual que se efetivaria mais tarde.

O *crime sexual*¹⁰ é mais um delito que recai sobre o personagem contratante dos serviços da jovem engraxate, em especial, o Estupro de Vulnerável. Esse delito é um crime porque a Lei acima mencionada estabelece que praticar ato sexual com menor¹¹ de quatorze anos é um ato libidinoso e violação grave de ordem moral, e demanda, ao criminoso, reclusão de oito a quinze anos.

Ainda sob o mesmo viés do crime acima, o *assédio sexual* praticado no conto também levaria o rude homem à prisão, contudo, por período mais brando, isto é, um período de apenas um a dois anos de reclusão. O crime em questão é percebido quando lê-se e percebe-se que o assediador consegue favorecer-se sexualmente, valendo-se de sua condição de superior hierárquico, visto que a jovem engraxate era sua subordinada naquele momento da história.

⁸ A Lei nº 8.069/90, Art. 63, diz que a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III - horário especial para o exercício das atividades. Além disso, a mesma Lei, Art. 7º, XXXIII, proíbe o trabalho noturno realizado por menores de dezoito anos.

⁹ Segundo o § 1º e §2º do Art. 224-A, que foram acrescentados à Lei nº 8.069/90 pela Lei nº 9.975/2000, incorrem nas mesmas penas o proprietário, gerente ou responsável pelo estabelecimento em que se verifique a submissão de crianças ou adolescentes às práticas de prostituição ou exploração sexual. Além da condenação, há a cassação da licença de localização e funcionamento do estabelecimento.

¹⁰ Os crimes contra a dignidade sexual são: violência sexual, estupro de vulnerável, assédio, ato obsceno e importunação sexual.

¹¹ É importante acrescentar que muitas vezes o Crime Sexual Contra Crianças é confundido com a Pedofilia. A pedofilia em si não é considerada crime, mas, um transtorno mental. Para ela, há um Projeto de Lei (PL 4.299/20) que propõe tipificá-la como crime no Código Penal, na tentativa de reprimir ainda mais essa prática, fazendo com que os autores sejam punidos com mais eficiência.

E por fim, *dirigir alcoolizado* é mais um crime praticado pelo personagem contratante dos préstimos da frágil menina, dado que, segundo consta a Lei supracitada, é crime dirigir sob influência de álcool e punível com detenção¹². No conto, o personagem condutor do automóvel bebe por volta de seis chopes, tornando-o inapto à direção automobilística.

Diante do exposto, nota-se que a maior parte das atitudes condenadas pela lei que os discentes elencaram são de culpa do personagem masculino que tem os sapatos engraxados, pois, apesar de que a personagem engraxate seja participante dessas atitudes (e tenha sua parcela de culpa) ela não tem idade para ser responsabilizada pelos seus atos diante da lei, diferentemente do adulto que está com ela, que é ciente das consequências de seus atos.

Assim, após a observação do quadro e explanação sobre as atitudes ilícitas condenadas pela lei, há abaixo novo quadro apresentando as atitudes condenadas pela moral.

Quadro 2 - Atitudes condenadas pela moral

ATITUDES CONDENADAS PELA MORAL
Toque de Recolher
Prostituição
Alcoolismo
Abandono Infantil

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste quadro, identifica-se quatro atitudes condenadas pela moral, segundo os alunos listaram. E, a seguir, as explicações do porquê eles consideraram essas atitudes impróprias.

O *toque de recolher* não é uma medida utilizada pelo Governo Federal ou Estadual, pois não há lei ou decreto que impõe limitação de horário para menores de dezoito anos que habitualmente estão fora de seus domicílios durante à noite. Mas, para os estudantes que leram e analisaram o conto, a jovem engraxate, por estar fora de seu ambiente familiar altas horas da noite, demonstrou ter uma atitude inapropriada para uma garota tão nova quanto é a personagem.

¹² Ademais, decorre em infração gravíssima, com penalidade, multa e suspensão do direito de dirigir por doze meses, além de retenção do veículo.

Outro ponto observado pelos estudantes foi a *prostituição* efetivada no ambiente em que o conto se desenrola. Ainda no início da história, o narrador, enquanto examina o bar em que estava, relata que há ali muitas mulheres dispostas a se prostituírem. Apesar de a prostituição não ferir nenhuma lei, ela não é uma atividade regulamentada, ademais, ela possui consequências negativas aos praticantes, pois, além do risco de contração de diversas doenças, há o estigma que tal atividade carrega, sendo muitas vezes uma função vexatória para quem a exerce e para seus familiares.

O *alcoolismo* foi outro fator levantado pelos alunos como sendo algo negativo retratado no conto. Apesar de não estar explícito no texto, se o homem a quem os sapatos eram engraxados era efetivamente um alcoólatra, devido ao curto recorte de tempo em que ocorre a história, no momento em que ele estava no bar houve um avançado número de chopes ingeridos. Sabendo, portanto, que as consequências do consumo excessivo de álcool são nocivas, principalmente à saúde, entendeu-se ser, esta, mais uma atitude reprovável do personagem.

Já o *abandono infantil* foi algo que gerou questionamentos entre os estudantes quando finalizada a leitura do conto. Pela idade aproximada da personagem menina, os alunos compararam os cuidados que recebiam dos familiares com a falta de cuidado que a jovem personagem recebe dos seus. É relevante salientar que o conto não deixa claro nada sobre o seio familiar da jovem, portanto, não esclarece se ela possui familiares ou não. Esse fator abriu espaço para que os estudantes questionassem sobre o paradeiro dos pais ou responsáveis pela garota e sobre como ela conduziu sua vida até aquele momento do conto. Ao final, chegaram à conclusão que, caso ela vivesse junto de sua família, todos deveriam estar cientes de suas atividades inapropriadas, demonstrando, dentre tantas inadequações comportamentais, falta de zelo familiar.

Está evidente que há muitos percalços na narrativa, e esses problemas são tantos que talvez nem tenham sido percebidos, em sua totalidade, pelos discentes no momento da análise. Porém, com base nos infortúnios encontrados, os estudantes levantaram hipóteses sobre os motivos que teriam levado a menina a conduzir sua vida da maneira que fez. Abaixo, novo quadro apresentando suposições.

Quadro 3 - Motivações

MOTIVAÇÕES PARA ATITUDES CONDENÁVEIS
Pobreza
Fome
Desemprego

Fonte: Elaborado pela autora.

Durante a reflexão sobre o que levaria uma jovem a se submeter às circunstâncias relatadas no conto, os discentes levantaram hipóteses bastante razoáveis, como a pobreza, a fome e o desemprego. Estes são fatores que acometem grande parte da população nortista, e a personagem principal do conto, certamente, faz parte dessa parcela da população que vive com o mínimo. Desse modo, em consenso, os alunos concluíram que as atitudes da menina, apesar de reprováveis, são motivadas pela necessidade de alimento e de dinheiro para o básico.

A pobreza, a fome e o desemprego são problemas que acometem não apenas os nortistas, mas parte da população de todo o país, e é penoso para quem o vivencia, entretanto, o lamentável sobre a personagem engraxate é que, na idade que possui, o enredo e as preocupações de sua vida deveriam ser outros, diferentes dos apresentados no conto, e seu tempo deveria ser utilizado para aprimoramento pessoal para um futuro mais promissor.

Com isso, a próxima etapa do pensamento dos alunos que analisaram o conto foi entender quem foi o responsável pelo fato da vida da menina ter seguido na direção relatada na história. Assim, no quadro abaixo estão as possibilidades encontradas pelos estudantes, e, em seguida, os apontamentos que fizeram.

Quadro 4 – Responsáveis

RESPONSÁVEIS PELO DESVIO DA JOVEM	QUANTIDADE DE ALUNOS
Ela	15
Governo	32
Família	55

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima mostra que os estudantes formularam três hipóteses para quem seria o responsável pelo fato de a vida da personagem menina ter seguido o caminho descrito no conto. O quadro também mostra a quantidade de alunos que opinaram em cada uma das três hipóteses.

As três turmas trabalhadas totalizaram cento e dois alunos, e destes, quinze entenderam que a responsável por tudo o que aconteceu na história com a jovem é ela própria. No entendimento dos discentes, a garota, se fosse determinada, poderia ter traçado outro rumo para sua vida, principalmente no âmbito laboral.

Outra parcela de alunos, exatos trinta e dois, consideraram que a responsabilidade sobre as infelizes ações da garota era do governo (federal e/ou estadual), pois este não deu o suporte necessário com programas sociais que promovessem oportunidades para a jovem.

E a maioria dos alunos, precisamente cinquenta e cinco, julgaram ser de responsabilidade da família as ações da jovem. Para os estudantes, a menina era influenciada ou obrigada pelos familiares a contribuir financeiramente em casa, assim, na necessidade de conseguir dinheiro ou alimento, aceitou se relacionar com um homem tão desagradável.

Apesar de terem escolhido apenas uma opção das três hipóteses elaboradas, alguns alunos, durante a discussão, consideraram válido evidenciar que a reponsabilidade sobre a vida da frágil personagem pode não ter sido de apenas um agente, mas de um conjunto de agentes, que, com suas falhas, conduziram a jovem engraxate a sua difícil vida.

Considerações finais

Ao escolher um texto para ser trabalhado em sala de aula, o professor visa proporcionar aos alunos, além de uma leitura de fruição e a prática sobre os mecanismos da língua portuguesa, a criticidade, os diferentes conhecimentos sobre visões de mundo, os sujeitos e a sociedade, para que o aluno leitor possa compreender, participar e contribuir com o meio no qual está inserido.

Para isso, durante a atividade realizada com o conto “Corpo frágil”, de Cláudio Barboza, os estudantes puderam trabalhar, ainda que brevemente, alguns Descritores e Habilidades da BNCC, conhecer artigos do ECA e Leis Federais. Tudo isso claramente coopera para o desenvolvimento dos estudantes.

Para mais, a análise do conto alcançou alguns objetos de conhecimento dos quatro eixos (Leitura, Produção de Textos, Oralidade e Análise Linguística/Semiótica), que são: Enquetes e pesquisas de opinião; Opiniões; Posicionamentos críticos; Pluralidade dos discursos; Finalidade; Levantamento de questões ou problemas; Discurso oral e escrito; Informação implícita e explícita em um texto; Temática; Temáticas sociais; Temas

amazônicos e nacionais; Leitura, estudo, análise e reconhecimento de textos literários amazonenses; Conteúdo, temas, subtemas de interesse pessoal, local ou global e posicionamentos; dentre diversos outros objetos de conhecimento que favorecem e ampliam consideravelmente a formação dos alunos, tornando-os cidadãos integrais e participativos.

Por consequência disso, é possível afirmar que o trabalho em sala com o conto supramencionado foi capaz de contribuir significativamente na construção de conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes, e, também, foi capaz de envolvê-los e dar a eles maior autonomia e protagonismo na vida social, devido aos posicionamentos e reflexões que desenvolveram durante a análise e debate desse conto que é tão rico.

Referências

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada no dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e prefácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

BRASIL. *Constituição* [1988]. Constituição da República Federativa do Brasil. – 17ª ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Remate de Males*. IEL/Revista do Departamento de Teoria Literária da UNICAMP, p. 81-89, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992/3701>.

Acesso em: 18 jan. 2023.

PENNAC, Daniel. *Como um romance*. Tradução de Leny Werneck. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

REZENDE, Neide Luzia de. O ensino de literatura e a leitura literária. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (org.). *Leitura de literatura na escola*. 1ed. São Paulo: Parábola, 2013, p. 99-112.